



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

33 excel), os elementos de despesas e as fontes e, com isso, o mapa vai esquadrihando todo o
34 processo feito até se chegar no orçamento propriamente dito que está composto com vários
35 percentuais nas principais rubricas e depois os seus valores. O primeiro ponto que devemos
36 perceber é que o orçamento foi montado para uma gestão por projeto. O planejamento foi
37 conduzido com a participação das Comissões, da Diretoria, dos Gerentes do CAU/RJ e dos
38 Gerentes do CAU/BR para 16 (dezesseis) projetos, que estão alinhados. Para cada projeto há um
39 detalhamento de como será feito e que se desenvolve num ambiente de pessoal, que já foi
40 aprovado pela Diretoria, e que contou com toda a estrutura gerencial que o CAU/RJ tem
41 disponível para isso. Na montagem do orçamento foi feita uma divisão de responsabilidade de
42 cada projeto, que utiliza uma parte do tempo das instalações da energia e do pessoal do CAU/RJ,
43 teve a sua cota e que a colocou dentro do plano. Isso é que é gestão por projeto. Ou seja, foi
44 capturado aqui dentro do CAU/RJ quem está envolvido na área de Fiscalização, Comunicação,
45 etc, fazendo uma distribuição do geral com o particular desses projetos. E, com isso, hoje, nós
46 temos 16 (dezesseis) projetos de trabalho num ambiente de gerenciamento geral, que inclui o
47 plano de cargos e salários aprovados e etc. Bom, todo mundo participou desse planejamento: os
48 Coordenadores das Comissões, os Gerentes e a Diretoria do CAU/RJ e nós tivemos a assessoria
49 do CAU/BR para fazer o enquadramento e esse alinhamento, resultando nesse orçamento. A
50 primeira referência que nós temos disso é o orçamento que trabalha com uma parte de receitas
51 para pessoa física e jurídica – R\$ 478,92 (anuidade), significando um aumento de acordo com o
52 INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor de 9% e para a RRT de 82,10 dentro desse
53 percentual, conforme sugestão incorporada do CAU/BR de trabalhar com esse índice. Essa é uma
54 estimativa otimista. A consideração básica é que, antes nós havíamos trabalhado com itens
55 pessimistas no quadro de pessoal e olhamos para cima e para baixo. Por conta do CAU/BR, nós
56 podemos fazer até, eventualmente, essa modificação. Mas, sendo um orçamento alinhado com o
57 CAU/BR, nós julgamos melhor trabalhar com valor proposto por eles e, mesmo se não for, será
58 feito um reajuste para baixo nas duas ou três operações orçamentárias para o ano de 2016. O valor
59 total do orçamento passa de R\$ 20 milhões para 24 milhões de reais”. Nesse momento, a
60 Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes interveio: “talvez fosse melhor apresentar as
61 matrizes e os objetivos porque em cima disso estão os 16 (dezesseis) projetos”. O Conselheiro
62 Luciano Pereira Medeiros prosseguiu a apresentação, juntamente com a Gerente Geral, Senhora
63 Cynthia Attié, que elencou os planos: “Plano 1 Qualificação da Fiscalização, Plano 2
64 Atendimento de Qualidade, Plano 3 Plano de ação da Comissão de Ensino e Formação, Plano 4
65 Comissão de Ética e Disciplina, Plano 5 Políticas Urbanas e Ambientais, Plano 6 Comissão de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

66 Exercício Profissional, Plano 7 Comissão de Planejamento e Finanças, Plano 8 da Presidência e o
67 Relacionamento e Comunicação com a Sociedade, Plano 9 Ação de Patrocínios, Plano 10 Ação de
68 Reserva e Contingência, Plano 11 Ação do evento da UIA 2020, Plano 12 Ação de Capacitação de
69 funcionários e dirigentes, Plano 13 Ação fundo de apoio financeiro aos CAU's, que é um dinheiro
70 carimbado que nós encaminhamos ao CAU/BR. Plano 14 Ação do Centro de Serviços
71 Compartilhados, Plano 15 Ação de Atividades rotineiras e o Plano 16 Ação para aquisição do
72 imóvel para sede definitiva do CAU/RJ. Em seguida, o Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da
73 Silva perguntou: “nós poderíamos fazer uma emenda? Hoje, nós estamos fazendo o que,
74 exatamente?”. E a Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes explicou: “Esses são os 16
75 (dezesesseis) planos que o CAU/RJ vai atuar e que foram definidos no Planejamento Estratégico”.
76 O Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva fez novo questionamento: “A emenda aditiva,
77 seria o que? Por exemplo, plano de ação para aquisição da sede definitiva, eu colocaria escritórios
78 regionais”. E a Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, esclareceu: “está detalhado no item
79 Atendimento de Qualidade. Vou ler para o Senhor. Atendimento itinerante com coleta de dados
80 biométricos atendendo as regiões do interior, com palestras, criação de dois núcleos regionais –
81 Niterói e Campos, material de consumo e nesse ponto consta o aluguel...”. O Conselheiro Luciano
82 Pereira Medeiros interveio complementando: “nesse ponto, você tem os recursos para isso sob o
83 ponto de vista da gestão. *(alguns comentários simultâneos respondendo ao Conselheiro)*. Está
84 satisfatório? Bom, com isso, nós fechamos todos os planos. Agora, vamos ao orçamento
85 propriamente dito, os valores das rubricas. Antes do próximo item, o Conselheiro Celso Hugo
86 Girafa perguntou: “com relação ao evento UIA 2020, está descrito cinco parcelas de R\$ 288 mil
87 reais...” E a Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, esclareceu: “São R\$ 288 mil reais divididos em
88 parcelas que, somente serão feitas, após a apresentação do plano da UIA. O plano desse ano ainda
89 não foi apresentado e a organização do evento tem até o final desse ano para apresentar o plano do
90 ano que vem. Enquanto não for aprovado o detalhamento do plano da UIA, a verba não será
91 liberada”. E o Conselheiro Luciano Pereira Medeiros prosseguiu: “no orçamento de 2015,
92 também, consta o valor de R\$ 288 mil reais, mas, o processo de pagamento ainda não se iniciou,
93 pois ainda não foi apresentando o plano geral de trabalho. Mas, ainda está dentro do tempo
94 previsto para isso. Essa é a previsão do que o CAU/RJ se responsabilizou fazer dentro do que está
95 disponível para os dois anos de 2015 e 2016. Vamos, agora, às principais rubricas, que são 16, em
96 termos de valores e percentuais e na sequência, o gráfico vai nos mostrar uma sensação melhor”.
97 A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, complementou informando: “Para Fiscalização, nós
98 temos 21%; Atendimento 9,7%; aqui são os objetivos das Comissões - Ética R\$ 171 mil reais;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

99 CPUA R\$ 28 mil reais; CEP R\$ 79 mil reais; CPFI R\$ 52 mil reais; Comunicação R\$ 1 milhão de
100 reais. “Nesse setor, foi incluída a folha de cada área, além dos gastos com material, equipamentos,
101 as diárias projetadas para as viagens e o plano de mídia R\$ 360 mil reais e o restante refere-se ao
102 pessoal e manutenção”. O Conselheiro Luciano Pereira Medeiros complementou: “Exato. Nesse
103 item está concentrado todo o esforço da área de Comunicação dos demais projetos, por isso que
104 ele tem esse valor. Essa área é um setor terceirizado interno do CAU/RJ”. A Gerente Geral,
105 Senhora Cynthia Attié, acrescentou: “nessa rubrica, nós temos salários e encargos, material de
106 consumo, os serviços de terceiros”. O Conselheiro Luciano Pereira Medeiros prosseguiu
107 detalhamento o gráfico: “aqui é a reserva de contingência 2%, patrocínio 3,8%... E o Conselheiro
108 Sérgio Oliveira Nogueira da Silva interveio: “é obrigatório ter a reserva de contingência?” E o
109 Conselheiro Luciano Pereira Medeiros explicou: “sim. O plano da UIA foi separado do projeto; na
110 folha de pagamento”. Nesse instante, o Gerente Financeiro do CAU/RJ, Senhor Aleksandro
111 Thomaz Amorim, fez alguns esclarecimentos gerais, sobretudo, quanto às Despesas Correntes:
112 “essa margem de cálculo para o atingimento dos planos foi baseada pela receita corrente. Ou seja,
113 são as anuidades das pessoas física e jurídica, RRT, taxas e multas. São essas quatro contas que
114 resultaram na receita corrente. Em cima dessa rubrica, você deduz as doações para os CAU’s
115 deficitários, que é o fundo de apoio (plano de ação), na sequência há o plano de ação dos centros
116 de serviços compartilhados, que serve como base de cálculo para formação de cálculo de todos os
117 planos de ação. O valor de R\$ 2 milhões, no caso, é a utilização dos recursos da aplicação para o
118 cumprimento do orçamento como um todo. Quando aparece o valor de R\$ 24 milhões de reais,
119 também estão incluídas as receitas de capital, que são os resultados dos exercícios anteriores e
120 uma expectativa de resultado para esse ano. Ou seja, nós calculamos algo em torno de R\$ 1,8
121 milhão de reais. Agora, a tendência é aumentar um pouco. Esse ano era praticamente meio a meio
122 quanto à expectativa das despesas com capital e despesas correntes. Para o próximo ano, não. Já
123 aumenta um pouco a despesa corrente. Quer dizer, é a contra partida das receitas correntes. Na
124 verdade, a parte cinza do gráfico representa o plano de ação para manutenção do CAU/RJ, que
125 compreende a operação tanto da contratação dos serviços de terceiros, como a folha de pagamento
126 das áreas que não estão comprometidas nos planos de ação, compras de material; enfim, é a
127 manutenção em si do próprio Conselho do RJ. A fatia em amarelo representa a compra do imóvel
128 47%. Quer dizer, pela proporcionalidade do gráfico, nós podemos observar cada fatia da pizza”. E
129 o Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva questionou: “qual o posicionamento da Diretoria
130 com relação à aquisição do imóvel?” E a Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes
131 explicou: “O plano está sendo trabalhado. O Conselheiro Washington Fajardo ficou de nos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

132 mandar o material para a Diretoria aprovar a matéria”. E o Conselheiro Luciano Pereira Medeiros
133 complementou: “o dinheiro está disponível. Os projetos que estão sendo estruturados no
134 orçamento estão em andamento e, nesse caso em particular, nós estamos aguardando a chegada
135 desse material para começar a iniciar o projeto. Quer dizer, não estamos fazendo um plano de
136 aquisição de imóvel sem ter os recursos para isso”. E o Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da
137 Silva prosseguiu: “dentro desse plano, o primeiro passo é criar um programa de necessidades do
138 CAU/RJ para ver se esse projeto se encaixa no valor do imóvel. Que tamanho é esse projeto físico
139 da sede?” E o Conselheiro Luciano Pereira Medeiros esclareceu: “esse plano está sendo feito
140 dentro da Diretoria, cuja primeira ação foi a de solicitar essa informação ao Conselheiro
141 Washington Fajardo, que ainda não nos chegou. Quer dizer, nós estamos falando de peças. Há
142 uma peça aqui que corresponde ao valor do imóvel e outra relacionada aos imóveis existentes que
143 serão ocupados e essa peça que o Senhor está comentando será trabalhada também dentro do
144 plano”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad comentou: “tem que começar a discutir o CAU/RJ. O
145 plano de cargos e salários está estacionado. A questão não é fazer planejamento e sim, fazer a
146 discussão; do tamanho que for, será. É isso. E daí, surgem as sugestões, as angústias e as
147 experiências, entende? E não existe nada disso. É uma vergonha, pois não conseguimos se quer
148 emplacar o conjunto de salários, definindo apenas as faixas mais baixas. Para que nós definamos a
149 compra da sede, é preciso definir o próprio CAU/RJ. Existe uma perspectiva de implantação que
150 está acordada. Há pessoas que pensam que a implantação significa ter escritórios regionais, mas
151 isso não está definido. Só com a implantação. Eu imagino que a discussão sobre a nova sede tenha
152 que ser feita, já que se imagina uma repercussão positiva daqui a 20 anos. O CREA teve cinco
153 sedes. Eu quero dizer que nós podemos ser mais competentes. Nós temos que fazer essa
154 discussão, pois das nossas mentes brilhantes podem surgir ideias e compreensões desse processo.
155 Eu não sei o tamanho disso, entendeu, Conselheiro Celso?”. O Conselheiro Luciano Pereira
156 Medeiros explicou: “o orçamento foi montado em cima de 16 (dezesesseis) planos de ação, com a
157 participação da Diretoria, Gerentes e Coordenadores das Comissões, o que resultou nesse aparato
158 que está exposto”. E o Conselheiro Paulo Oscar Saad respondeu: “Os coordenadores não são as
159 Comissões. Os Coordenadores viabilizam as decisões das Comissões. Não decidem pelas
160 Comissões”. E a Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes complementou: “o
161 fechamento do planejamento estratégico, como foi dito aqui, foi trazido pouco antes da Plenária
162 que aconteceu no dia 08 e simplesmente começou-se a discutir e ao que pude apurar, a Plenária
163 decidiu que não seria dada a continuidade ao plano, pois seria acatado o que a Diretoria
164 aceitasse.” E o Conselheiro Paulo Oscar Saad retrucou: “Você entendeu isso? Ninguém entendeu



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

165 dessa forma. Você nem estava na Plenária. Foi o seguinte, o pessoal pediu para não fazer a
166 discussão porque havia um outro debate que julgaram mais importante. Foi só isso. A
167 apresentação do planejamento estratégico começou e as pessoas tiveram dificuldades até para
168 entender o seu início e o entendimento foi que o momento não era o ideal para a discussão. Mas,
169 ninguém rechaçou a discussão do planejamento estratégico, até porque seria uma idiotice e
170 ninguém está aqui para ser idiota. As pessoas estão aqui para contribuir com o CAU, nas suas
171 limitações, mas com inteligência. É isso. Nós não fizemos a discussão porque às 14h ainda não
172 havia ninguém para o início da Plenária (eu cheguei às 14h30min) e houve uma apresentação do
173 planejamento estratégico. Desculpe-me, mas aquilo não é um planejamento estratégico e sim, um
174 saco de gato, uma metodologia e uma apanhado de informações. Planejamento estratégico é outra
175 discussão. Eu participei durante dois anos da discussão do planejamento estratégico do CAU/BR e
176 eu sei muito bem o que é essa discussão. Quer dizer, aqui não houve nenhuma discussão sobre o
177 planejamento estratégico. Desculpe-me, mas ficamos na mediocridade. Sinceramente, eu estou
178 cada vez mais decepcionado e estou pensando que não será possível reverter porque quem está
179 fazendo, não deixa os outros participarem e quem está fazendo, não sabe fazer. Não sabe nem o
180 que é. Desculpe. A questão é que não podemos ficar na mão desse ‘mais ou menos’. Agora,
181 Senhora Isabel, que o pessoal da Plenária não queria...isso não existe. A decisão foi a seguinte,
182 vamos fazer a discussão do planejamento estratégico ou a outra discussão? Decidiu-se pela outra.
183 Agora, para fazer uma discussão tem que ser de planejamento estratégico e não, de uma porção de
184 pitacos, onde fazem uma costura mal feita. É isso que foi feito. Não existe uma discussão central.
185 Então, vamos dar nomes aos bois. Nós estamos fazendo uma coisinha aqui, um negocinho para
186 dar um jeitinho. É o que nós estamos fazendo. Por exemplo, não há uma discussão de Comissão,
187 nem há a chance de dar uma opinião no planejamento do Conselho porque o Coordenador se
188 arroga ao direito de mandar e representar a Comissão. E não é verdade isso. O Coordenador não
189 representa a Comissão. Coordenar não significa dirigir”. O Conselheiro Luciano Pereira Medeiros
190 retomou a exposição da matéria: “o orçamento, em termos de percentual para os diversos
191 projetos...” E o Conselheiro Paulo Oscar Saad interveio: “só um esclarecimento, é proposta de
192 orçamento ou é o orçamento?” E o Conselheiro Luciano Pereira Medeiros respondeu: “é o
193 orçamento proposto para 2016”. E o Conselheiro Paulo Oscar Saad prosseguiu: “Nunca é proposta
194 de nada, porque não interessa a discussão aqui. Interessa que é o orçamento. Essa que é a questão,
195 pois o nome que se dá para essa discussão é proposta orçamentária. É assim que se dá o nome.
196 Quem tem experiência democrática sabe que é proposta orçamentária e não, orçamento. Então,
197 aquilo ali é um ato falho do processo que está acontecendo aqui. É isso”. A Conselheira Maria



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

198 Isabel Vasconcelos Porto Tostes esclareceu: “houve o planejamento estratégico que você entende
199 que foi capenga ou que não foi feito como deveria ser, mas houve e foi composto pelo pessoal da
200 Diretoria, pelos Coordenadores das Comissões, além dos Gerentes da casa durante dois dias.
201 Houve uma outra sessão final depois de montados os planos de ação definidos por todo esse grupo
202 de trabalho, de onde saiu esse planejamento estratégico e de onde foi feito esse orçamento. Então,
203 não foi nada ‘tirado de um saco’ de qualquer maneira. Houve um planejamento onde definiram 16
204 planos de ações que você recebeu e que diz exatamente o que será feito e qual é a proposta e a
205 partir desse conjunto de planos foi feito o orçamento que está aqui exposto”. E o Conselheiro
206 Paulo Oscar Saad retrucou: “uma proposta só se torna orçamento quando é aprovada. Mas, parece
207 que vocês não sabem desse detalhe que está no Regimento. Aqui no CAU/RJ é assim, a Diretoria
208 faz o orçamento...” Nesse instante, instalou-se uma enfática discussão entre os Conselheiros. A
209 Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes comentou: “você é autoritário; você está aqui
210 para implicar”. E o Conselheiro Paulo Oscar Saad refutou: “eu não estou implicando, eu estou
211 fazendo uma constatação. É preciso fazer essa constatação, infelizmente, seguidas vezes aqui.
212 Essa que é a questão. É preciso reclamar, criticar e fazer constatações porque o procedimento não
213 é regimental”. E a Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes respondeu: “isso é um
214 detalhe do que está escrito”. E o Conselheiro Paulo Oscar Saad prosseguiu com o debate: “isso é
215 só um indicador do fato. *(ao seu olhar, comentaram no fundo)*. Ao meu olhar, não. Eu entendo de
216 português. Eu já cansei de ver isso como proposta orçamentária anos atrás e em várias entidades.
217 Quer dizer, nós já aprovamos o planejamento estratégico e isso seria fruto do planejamento
218 estratégico que não aprovamos nada. Não só não participamos como não aprovamos. Isso está
219 vindo de um planejamento que não discutimos e nem aprovamos. Então, é tudo torcido. Esse
220 procedimento não é regimental. Ou seja, foi feito por meia dúzia de pessoas que se arrogam
221 dirigentes do CAU/RJ e responsáveis por tudo que acontece no Conselho. É isso. A nossa
222 Comissão de planejamento e finanças, que tem isso regimentalmente, sequer foi convidada para
223 participar do planejamento, porque a Coordenação não representa a Comissão e sim, coordena a
224 Comissão. Eu gostaria que todas as afirmações que eu estou fazendo constasse na Súmula dessa
225 reunião, por favor”. E o Conselheiro Luciano Pereira Medeiros comentou: “então, nós fazemos
226 essa alteração e com isso entendo que o assunto está apresentado...” A Conselheira Maria Isabel
227 Vasconcelos Porto Tostes complementou: “muito bem, houve 16 (dezesesseis) planos de ação que
228 são aqueles ali definidos *(descreveu cada um novamente)*. A nossa previsão é de que tenhamos o
229 valor de R\$ 10 milhões de reais de receitas, num cenário mais pessimista”. E o Conselheiro Paulo
230 Oscar Saad interveio: “cenário mais pessimista? Esse cenário está caracterizado em algum quadro,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

231 em alguma análise por escrito que possa ser de conhecimento das pessoas?”. Nesse instante, o
232 Gerente Financeiro do CAU/RJ, Senhor Aleksandro Thomaz Amorim, fez o seguinte
233 esclarecimento: “com relação às receitas correntes, quem as determina é o CAU/BR e cria as
234 condições e a expectativa de receita para cada unidade federativa. No caso do Rio de Janeiro foi
235 estabelecido dessa forma; ou seja, em cima de uma atualização monetária de 9% - IPCA, que seria
236 a atualização dos valores das anuidades, tanto da pessoa física quanto da jurídica, os valores
237 destinados à RRT que seria a variação de 9% de um exercício para o outro e uma estimativa,
238 também, quantitativa de profissionais ativos, vinculado às anuidades, além do quantitativo quanto
239 às expectativas das RRT’s. Assim, foram estabelecidas as receitas baseadas nas informações
240 recebidas pelo CAU/BR”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad perguntou: “sim. Mas, o CAU/BR
241 trabalha com dados que ninguém sabe e eu quero saber quais são essas informações. Penso que
242 não devemos receber nada do CAU/BR e nem de ninguém sem questionar. Pergunto, que dados
243 basearam essa previsão? Uma previsão não pode ser um chute. Não estamos num campo de
244 Futebol”. O Conselheiro Celso Hugo Girafa esclareceu: “os dados básicos de informação são os
245 seguintes, o CAU/BR está aplicando o INPC de 9% para o geral de arrecadação e está aplicando
246 uma taxa de inflação.... naquela época nós trabalhamos com uma visão pessimista de mais de
247 1,31% do PIB e uma visão otimista de mais 6%. Hoje, suponho, seja 2,5%” . E o Conselheiro
248 Paulo Oscar Saad ponderou: “nós estamos atualizando os dados, aqui e agora. Se o CAU/BR
249 trabalhou com o percentual de 1,31%, nós temos que trabalhar com a previsão de hoje. Ou seja,
250 nós atualizamos até onde podemos. Essa avaliação é de quadro e é muito genérica”. E o
251 Conselheiro Luciano Pereira Medeiros prosseguiu com a exposição: “nós estamos trabalhando
252 com esse percentual otimista de 6% além da taxa de inflação que, na época, era de 10%. Que é
253 algo parecido com a taxa do INPC que o CAU/BR orientou que aplicássemos no planejamento. A
254 estimativa de evolução dos profissionais foi de 4% para pessoa física e 5,5% para pessoa jurídica,
255 tendo volume de contribuintes pagantes”. Nesse momento, o Conselheiro Sérgio Oliveira
256 Nogueira da Silva perguntou: “você está querendo dizer que o CAU/BR está reajustando a
257 anuidade e a RRT em 9%?” E o Conselheiro Luciano Pereira Medeiros respondeu: “sim. Essa é a
258 decisão chave do orçamento. Com isso você estabelece um volume maior, que eu, pessoalmente,
259 considero que poderia ser menor. Poderia ser qualquer número, inclusive. “A tendência é ser
260 menos para sermos mais realistas”. O Conselheiro Carlos Alberto Peres Krykhtine perguntou:
261 “nós temos a taxa de crescimento, até então, desse ano de profissionais e empresas?”. O
262 Conselheiro Paulo Oscar Saad interveio: “mas, não é só isso. Isso é importante, mas não é isso.
263 Quanto aos profissionais recém-formados, qual é a taxa de registro deles? Porque nós imaginamos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

264 que o profissional se formou e imediatamente se inscreve no CAU/RJ. Mentira. Porque nós não
265 somos eficientes o suficiente para garantir como o CREA garantia que, após a sua formatura, ele
266 fizesse o seu registro no CAU. Falta de trabalho, falta de ação”. E o Conselheiro Celso Hugo
267 Girafa comentou: “sim, mas se esse fato acumulou durante dois anos, vai entrar a pessoa formada
268 em 2014”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad replicou: “tem que fazer o cálculo e não, ver quanto
269 vai ser. Tem que saber o que está acontecendo com os novos formados que estão entrando, pois
270 esse grupo corresponde àquela expectativa do período de implantação do CAU/RJ, que foi posta
271 de forma positiva. Se existe uma queda na arrecadação, mas nós temos um crescimento dos
272 contribuintes, nós temos que trabalhar para poder garantir isso. Nós trabalhamos no CREA nos
273 anos de 80, sendo, portanto, um trabalho que se faz para poder garantir essa vantagem que
274 julgamos que exista, até porque as escolas estão crescendo e algumas vão formar a sua primeira
275 turma agora nesse ano. Então, como nós internalizamos, de fato, esse valor?”. O Conselheiro
276 Celso Hugo Girafa comentou: “o fórum para a causa que você está levantando não é aqui”. O
277 Conselheiro Paulo Oscar Saad respondeu: “a detecção do problema é daqui. Embora, muitos não
278 queiram, quando se faz um planejamento, você detecta os problemas e aciona as Assessorias e
279 uma discussão na Plenária. É assim que funciona planejamento e não, meia dúzia de intelectuais
280 que julgam isso ou aquilo. Você discorda do problema, tenta pesquisar a causa, tenta uma ação de
281 correção; enfim, é assim que funciona”. E o Conselheiro Celso Hugo Girafa ponderou: “eu sei que
282 é assim que tem que ser feito. Mas, há um orçamento que precisa ser votado, aprovado ou
283 reprovado; enfim, tem que ter uma posição e, aí, existem outras discussões que são maiores que
284 essa, como, por exemplo, onde nós estamos sendo ineficientes, etc. Isso tem que ser discutido,
285 mas não é que seja proibido esse debate, mas hoje nós temos....”. E o Conselheiro Paulo Oscar
286 Saad interveio: “nós não temos nada. Se nós discutimos essas questões o tempo todo, na hora de
287 fazer uma revisão orçamentária, você tira de letra, porque você já está trabalhando e discutindo
288 com os dados. A questão é a seguinte: quantos, proporcionalmente, são os recém-formados na
289 sede histórica de três anos que tenham pago a anuidade? Que tenham se incorporados como ativos
290 pagantes? Essa é uma informação importante. Nós temos essa informação? Não temos. Porque na
291 verdade, não se discute o planejamento. Esse é o drama. Eu coloquei aqui algumas necessidades
292 de informação de trabalho e se isso fosse colocado há três anos atrás, hoje, nós teríamos dados
293 para fazer o orçamento. Porque o orçamento é um aprendizado que uma Comissão acumula em
294 três anos e consegue se aperfeiçoar no segundo ano e já entrega para a gestão seguinte..., mas é
295 um aprendizado, onde é preciso estudar. Aprendizado sem estudo e sem discussão não existe.
296 Ninguém aprende nada. Eu não estou aprendendo nada aqui. Desde o começo, eu não aprendi



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

297 nada. Eu só aprendi o que não é para fazer e agora eu estou diante de um orçamento que é uma
298 caixa preta. Por exemplo, alguém aqui tem uma avaliação de como está funcionando a nível
299 nacional o CSC Centro de Serviços Compartilhados? Porque é uma decisão que precisamos
300 tomar, pagar ou não. Nós não somos obrigados a pagar o CSC, tanto é que nós fazemos o
301 compromisso de pagamentos mensais ou não. Então, nós temos que avaliar se o CSC está
302 funcionando bem para pagarmos. Ou nós estamos aqui para pagar com o dinheiro dos Arquitetos e
303 do RJ, o que não está funcionando corretamente a nível nacional? É uma proposta que podemos
304 fazer. A informação do CSC tem que vir junto para tomarmos essa decisão. Vamos manter o
305 dinheiro que é previsto na Resolução do CSC? Há uma regulamentação dizendo se você paga ou
306 não. Eu fiz uma pergunta. Alguém tem uma avaliação de como a Resolução está sendo cumprida
307 ou não, se a qualidade dos serviços está crescendo como estava previsto ou não, e como está
308 acontecendo a nível nacional? É preciso de uma avaliação escrita. E a Gerente Geral, Senhora
309 Cynthia Attié, esclareceu: “sim, existe uma avaliação escrita, mas o que acontece é que o CAU/RJ
310 funciona em cima de um sistema de informática que é o SICCAU que é administrado pelo CSC e
311 é um dos serviços – o maior deles - que é prestado para os profissionais e para nós que
312 trabalhamos para eles. Nós temos vários pedidos e agora o CSC abriu uma nova forma de nos
313 relacionarmos e realmente os pedidos que nós temos em aberto diminuíram muito. Eles estão,
314 realmente, tentando se aproximar ao que temos solicitado. Além disso, eles emitem as carteiras e
315 estão aprimorando esse serviço para uma entrega mais veloz desse material; há uma parte do
316 serviço que fazemos em conjunto e que eles nos oferecem. Enfim, isso está funcionando e
317 caminhando. Claro, que nós temos solicitado mais serviços para poder compartilhá-los com o
318 CSC, tanto na parte do treinamento como na parte do pessoal, financeira, contabilidade,
319 patrimônio. Ou seja, nós estamos trabalhando para incluir todos esses serviços dentro do sistema.
320 Enfim, existe um leque enorme; eles se estruturaram com 11 (onze) Analistas e o sistema começou a
321 funcionar e nós temos sentido uma melhora no retorno das nossas demandas”. Em seguida, o
322 Conselheiro Paulo Oscar Saad perguntou: “o sistema de DataCau, de circulação e composição de
323 dados, está funcionando? Eu quero dizer o seguinte, eu acredito na sua sensibilidade e penso que
324 você tenha a sua experiência, mas, na verdade, você não conhece muito bem sobre a discussão do
325 CSC. Você não sabe o que acontecia antes e está aprendendo o que está acontecendo e a sua
326 avaliação é administrativa, sim, mas, ainda assim, me parece que é sentimento. Essa é uma
327 discussão pregressa a sua chegada aqui e você não sabe o compromisso que foi feito para obrigar
328 o CAU/RJ fazer esse pagamento. Na verdade, nós tínhamos que ter uma informação e uma
329 avaliação por escrito do CSC porque não somos obrigados a pagar. O fundo de apoio, sim. Mas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

330 nós podemos criticar fatos que estão acontecendo no fundo de apoio, também. Por exemplo, nós
331 estamos sabendo que nos CAU's existem problemas sérios administrativos e, entretanto, as
332 regionais continuam recebendo o fundo de apoio. Não podemos deixar de pagar, até porque está
333 na Lei, inclusive, mas, nós temos, e ao meu ver em nome dos Arquitetos cariocas, que questionar
334 o funcionamento do fundo de apoio, uma vez que o mesmo não serve para as pessoas viajarem
335 pelo Brasil e não é para fazer eventos. Não é isso. Tem que fiscalizar e contar com o SICAU a
336 nível nacional. O fundo de apoio é para construir uma posição local baseado nos princípios de....
337 existem regras e elas têm que ser cumpridas. A cada ano que nos comprometemos com o
338 orçamento para fazer essa doação, nós temos que saber se esse processo está funcionando bem.
339 Não dá para aprovar o orçamento sem uma avaliação do fundo de apoio". O Conselheiro Sérgio
340 Oliveira Nogueira da Silva comentou: "na verdade, os CAU's estaduais estão sendo modificados e
341 evoluídos" O Conselheiro Paulo Oscar Saad prosseguiu criticando: "sim, mas o que diz a
342 Resolução do fundo de apoio? Há uma série de compromissos ali. Esses compromissos estão
343 sendo cumpridos? Qual a avaliação? Cadê o documento aqui na mesa para nós avaliarmos?
344 Porque esse é o dinheiro forte. O dinheiro do CSC é mais forte ainda. Esse custo foi criado por
345 decisão do CAU/BR. Ninguém ouviu ninguém, aí quando acabou o dinheiro, o CAU/BR anunciou
346 "agora, vocês vão ter que pagar junto comigo". Esse foi exatamente o processo que aconteceu.
347 Então, os Presidentes se rebelaram e disseram não. Só vão pagar se tiver uma Resolução dizendo
348 o que tem que ser feito e, assim, aconteceu. Então, é preciso ter uma avaliação sobre o que tem
349 que ser feito ou não, se não nós vamos ficar de 'papagaio de galocha' aqui, repetindo o que os
350 outros querem que nós façamos. Isso não é um papel legal para um Conselheiro num estado
351 crítico como o do RJ. É melhor fazermos algo sabendo do que está sendo feito". Em seguida, o
352 Conselheiro Carlos Alberto Peres Krykthine informou: "os planos de cada Comissão é uma
353 previsão. Nós não temos um plano da nossa Comissão para 2016". E a Conselheira Maria Isabel
354 Vasconcelos Porto Tostes replicou: "temos. Por exemplo, no plano de ação para Atendimento de
355 Qualidade foi incluída a remuneração dos funcionários que fazem parte da fiscalização. O que
356 está se propondo? A realização de 1.270 atendimentos em 74 municípios, dois dias em cada
357 localidade com van itinerante; estamos propondo palestras orientativas nas regiões aos
358 profissionais em 24 municípios; criação de dois núcleos regionais – Niterói e Campos, para esse
359 ano. E o Conselheiro Paulo Oscar Saad perguntou: "mas, por que Niterói? Em Campo Grande
360 deve ter mais profissionais, assim como na Zona Oeste, também. A Gerente Geral, Senhora
361 Cynthia Attié, replicou: "porque existem 2 mil profissionais em Niterói e essa região está
362 concentrada boa parte de São Gonçalo, Maricá e todo esse grupo vai para Niterói". O Conselheiro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

363 Paulo Oscar Saad continuou o debate: “sim, mas a região serrana também possui a sua
364 necessidade, é distante...mas, sinceramente, não entendo. Por que Niterói? Niterói é logo ali, basta
365 pegar a barca. Até Cabo Frio eu preciso de três horas para se chegar à cidade. Então, expliquem
366 qual a visão para essa escolha? O Conselheiro Luciano Pereira Medeiros esclareceu: “a minha
367 visão é que a cidade tem a tradição de ter Arquitetos trabalhando reunidos em Niterói. Se em
368 Campo Grande tivesse tradição, também, teria uma regional na cidade, assim como em outros
369 lugares”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad retrucou: “você falou em tradição e todo mundo tem
370 tradição. A questão é outra. Eu não sou contra a tradição. Eu só não entendo o que a tradição tem a
371 ver com Niterói”. A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, complementou: “a Comissão de Ensino
372 e Formação vai fazer o segundo fórum e a ideia toda é fazer uma interiorização, visitando as
373 universidades ministrando palestras orientativas. A ideia é fazer visitas semestrais em cada região
374 atingindo 25% das faculdades, seriam cinco faculdades, com o objetivo de acelerar o processo de
375 registro e captar mais pessoas, esclarecendo-as quanto ao funcionamento e a finalidade do
376 CAU/RJ. Praticamente, todas as Comissões irão, provavelmente, juntas fazer, cada uma, a sua
377 palestra dentro da Universidade. Além da participação em cerimônia de colação de grau,
378 realização de duas aulas magnas...” O Conselheiro Paulo Oscar Saad interveio: “não concordo.
379 Ninguém vai discutir a questão da formação dos Arquitetos e Urbanistas? Não haverá
380 interferência do MEC nessa discussão?” E a Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, respondeu:
381 “essa foi a programação da Comissão, que pode fazer outro tipo de plano, também. Estão
382 previstas, também, além das reuniões ordinárias, reuniões extraordinárias e serviços externos,
383 passagens...(discussão ao fundo). Ano que vem, a CEF vai desenvolver o Prêmio para a
384 valorização profissional a partir da profissão acadêmica, 70% da participação das faculdades
385 nessa premiação. A Comissão de Ética tem, também, encontros com as instituições de ensino no
386 interior através de palestras em conjunto com a CEF. Na realidade, a CEP e a CED vão fazer em
387 conjunto ou um ou dois membros tentarão acertar os seus calendários para exporem temas sobre a
388 Ética profissional. Nós precisamos orçar transporte, material de divulgação das Comissões,
389 material para capacitação dos estudantes, material para divulgação dos encontros; nós iremos
390 produzir uma quantidade do código de ética para atender a todas essas faculdades, além de
391 cartilhas que serão distribuídas aos alunos quando da realização das palestras, demonstrando as
392 atribuições dos profissionais; quais são as privativas e as compartilhadas...” O Conselheiro Paulo
393 Oscar Saad fez nova colocação: qual a previsão de palestras? E a Gerente Geral, Senhora Cynthia
394 Attié, respondeu: “serão doze palestras. Uma por mês. Foram os Conselheiros que propuseram
395 participar dessas palestras e a Comissão...” (nova discussão ao fundo). O Conselheiro Paulo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

396 Oscar Saad retrucou: “sim, mas nós estamos aqui para que? Pra dizer que está certo? Vamos
397 chamar os nossos colegas para fazer as palestras porque nós precisamos atender a um número
398 muito maior. Eu não estou aqui contra as palestras ou contra os Conselheiros. Agora, esse volume
399 não atende a questão da necessidade das universidades”. A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié,
400 retomou a apresentação: “bom, aqui está dividido entre Campos de Goytacazes, Petrópolis,
401 Niterói, Volta Redonda, quais são as universidades envolvidas e a programação de cada mês. Já
402 existe uma visita da CPUA aos municípios, mas com um outro objetivo de visitar tanto as
403 Prefeituras quanto às associações para promover os planos diretores e que os mesmos consigam
404 ser implementados, mobilizando essas associações e a população para que faça esse papel junto às
405 Prefeituras. Além da realização de Seminários na região norte e fluminense atingindo os
406 profissionais dessas regiões, coletando as suas demandas e sugestões a fim de promover soluções
407 para encaminhamento ao poder público local. A CEP pretende realizar encontros com 11 (onze)
408 Prefeituras do RJ, 12% desse universo, com duração de duas horas, com a presença dos
409 Conselheiros de cada Comissão, Prefeitos e Arquitetos, integrantes do quadro técnico da
410 Prefeitura para tratar de temas como a Resolução 51, 52, registro profissional, concurso, entre
411 outros. Isso tudo está sendo dividido proporcionalmente para cada Comissão. Para a CPFI, nós
412 teremos as 12 (doze) reuniões ordinárias, com projeção para as reuniões extraordinárias e a
413 participação em 04 (quatro) de seminários nacionais.”. Logo a seguir, o Conselheiro Paulo Oscar
414 Saad perguntou: “o que se pretende alcançar com essas atividades? Pois isso não são metas. Meta
415 teria que estar em outra coluna, onde se diz o que quer alcançar com essas atividades”. A Gerente
416 Geral, Senhora Cynthia Attié, esclareceu: “há percentuais em algumas atividades, mas em outras
417 não dá para colocar. A nossa ideia é conseguir mobilizar 60% dos alunos para estarem presentes
418 na palestra do Conselho. É isso. Para que possamos ter o retorno disso em registros, em
419 esclarecimentos...”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad interveio: “é isso que nós precisamos saber,
420 até porque para o ano que vem nós verificaremos o que foi e o que não foi cumprido. É preciso
421 colocar as metas.” E a Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes respondeu: “está tudo
422 detalhado”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad ponderou: “isso não é uma meta. Isso não é o
423 objetivo em si. O objetivo é outro. Isso é um processo, é uma reunião. Ou seja, o que se procura
424 tirar desta reunião? O que nós queremos com essas reuniões?” E a Gerente Geral, Senhora
425 Cynthia Attié prosseguiu: “essas reuniões já chegam para a fiscalização, porque o retorno será
426 tanto no atendimento quanto para a fiscalização. Quando nós verificarmos o aumento de
427 profissionais fazendo o seu registro, o aumento de RRT e menos denúncias que teremos, nós
428 começaremos a perceber que isso deu resultado. Nós temos as quantidades de RRT e as dos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

429 profissionais no interior e faremos um comparativo e o acompanhamento desse processo. Nós
430 temos um instrumento de medida, que é o IGEO que mede esses dados mensalmente. Por
431 exemplo, a fiscalização já fez esteve duas vezes no interior e já houve um retorno e uma diferença
432 nos quantitativos. O Conselheiro Paulo Oscar Saad interveio: “sim, quantidade eu já entendi, mas
433 e as atividades, nós sabemos? A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, respondeu: “não nos
434 ativemos a esse detalhe, mas é possível fazê-lo. O Conselheiro Paulo Oscar Saad comentou: “mas
435 é preciso saber isso. Que tipo de pessoa física ou jurídica? A Gerente Geral, Senhora Cynthia
436 Attié, explicou: “normalmente, esse contingente é de 2%. Bom, esse ponto aqui é o da UIA, que é
437 o plano de capacitação...”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad interrompeu: “eu gostaria de fazer
438 uma solicitação formal de um relatório sobre o comportamento e desempenho do fundo de apoio
439 como ou dos CAU’S que recebe o fundo de apoio do ponto de vista da Resolução que o criou e
440 idem para o CSC Centro de Serviços Compartilhados, que é nosso também e, portanto, deve
441 atender as nossas demandas no mesmo nível que as demandas do CAU/BR hoje. Por exemplo,
442 nós já temos acesso automatizado aos dados? Nós já podemos fazer um programa e inseri-lo no
443 SICAU?”. A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, respondeu: “nós podemos. O problema é que
444 não temos um Analista de Sistemas, o que está programado para o 2º semestre do ano que vem.
445 Nós podemos criar relatórios”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad fez nova interrupção: “criar
446 programas? Criar relatórios, ok. Eu digo, criar novas ideias de formulação de como entender e
447 medir a profissão. Eu sugiro que tenhamos um Analista de Sistemas temporariamente. A Gerente
448 Geral, Senhora Cynthia Attié, esclareceu: “depende da arrecadação do 1º semestre, depende de
449 como será esse funcionamento e se conseguiremos seguir o que foi previsto e aí, sim, nós
450 começaremos no 2º semestre a realizar o que foi planejado para as contratações”. O Conselheiro
451 Paulo Oscar Saad questionou: “pergunto, o que está fazendo São Paulo? Esta é a informação que
452 nós precisamos para saber se o CSC está funcionando. A verdade é que nós não temos condições
453 de testar e a Senhora acabou de dizer que não tem um Analista para isso”. A Gerente Geral,
454 Senhora Cynthia Attié, prosseguiu informando: “eu sei que eu posso programar, pois eu solicitei
455 ao CAU/BR, e posso desenvolver relatórios, fazer filtros, acertar as nossas bases de dados e para
456 isso, eu preciso de um Analista para esse trabalho; o CAU/BR enviará o profissional deles.
457 Quanto à aquisição da nova sede será resolvido ano que vem, pois a ideia é resolver. Não precisa
458 ser um desembolso geral no próximo ano, mas que possamos tomar um empréstimo; enfim, há
459 várias opções para se guardar esse dinheiro e fazer o pagamento em prestações. (comentário ao
460 fundo e distante sobre a modelagem programática do CAU para os próximos anos. Sem
461 possibilidades de compreensão)... as pesquisas são as mais adequadas, depois a participação dos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

462 membros da missão especial da sede própria, que vai ter que fazer isso, além da contratação de
463 vistorias técnicas, estabelecimento de regras de forma compartilhada.; enfim, isso está sendo
464 repetido a cada ano, até que se concretize, uma vez que não foi possível realizar nesse ano. O
465 Conselheiro Washington Fajardo avisou que trará na próxima reunião o que lhe foi solicitado para
466 que o assunto comece a ter um caminho”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad informou: “foi
467 proposto uma comissão de sede, que foi negada e o Presidente empurrou essa questão para que a
468 solucionemos aqui na CPFI e ainda foi alertado que não seria resolvido e que não aconteceria
469 dessa maneira porque não basta apenas a informação do Conselheiro Fajardo. Há um trabalho
470 duro e importante para poder se chegar a uma melhor solução e, mais, para poder aprová-la.
471 Porque para aprová-la no Plenário é preciso comprovar que foram feitos uma série de outros
472 estudos importantes e foi concluído que o melhor foi aquele. Assim, você convence o Plenário
473 para fazer um investimento desse montante. Não podemos esquecer que iremos ter sede no
474 interior.” A Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes anunciou: “bom, nós vamos
475 aprovar ou não aprovar essa proposta orçamentária para depois ser encaminhada para aprovação
476 da Plenária e, posteriormente, ser enviada para Brasília. O Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira
477 da Silva posicionou-se afirmando: “a minha posição é a seguinte, hoje eu estou representando 91
478 Arquitetos da Região dos Lagos que se falam diariamente e eu acabei personalizando a figura do
479 CAU/RJ. Então, se eu abrir a minha caixa de mensagens há uma série de perguntas CAU para
480 minha pessoa e eu tento responder dentro do possível. Eu não posso aprovar uma proposta de
481 orçamento que eu não entenda o que é uma interiorização do CAU/RJ. A proposta de aprovar uma
482 sede em Niterói não é interiorização. A sede de Niterói é importante, mas não é interiorização do
483 CAU/RJ. Eu quero colocar essa ressalva”. A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, ponderou: “eu
484 não sei se você conseguiu ler todo o material, mas a interiorização está presente em todos os
485 projetos; está presente em todas as Comissões e está presente na fiscalização e no atendimento.
486 Então, mais do que isso, há um esforço administrativo para atender a demanda do interior e aqui
487 existe uma fiscalização para os municípios acima de 350 profissionais e fiscalização dos
488 municípios acima de 150 profissionais; serão feitas 1.440 ações de fiscalizações e estão previstas
489 960 ações acima do universo de 150 profissionais”. O Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da
490 Silva considerou: “mas, serão mais de mil ações só num município”. E a Gerente Geral, Senhora
491 Cynthia Attié, retrucou: “nós fizemos essa avaliação de ações de fiscalização em cima do
492 contingente de pessoas que nós temos hoje. Atualmente, são três fiscais e para o segundo semestre
493 de 2016 serão admitidos mais dois fiscais e, com base nisso, foi feita a projeção. Serão feitas
494 1.440 ações no interior e mais 960, totalizando 2.400 ações de fiscalização no interior, além das



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

495 fiscalizações que serão feitas no município do RJ e no grande Rio”. O Conselheiro Paulo Oscar
496 Saad questionou: “A senhora poderia me explicar o que é uma ação de fiscalização?” A Gerente
497 Geral, Senhora Cynthia Attié, fez o seguinte esclarecimento: “uma ação de fiscalização é quando
498 o fiscal visita, divide o mapa da região e verifica quais são as ruas, se há informação sobre a
499 existência de obras no local, etc. o que nós vamos disponibilizar hoje para os fiscais são os
500 notebooks para que os profissionais possam ter acesso direto ao SICCAU podendo planejar
501 melhor essa ação de fiscalização, exatamente, nos locais onde há obras. Assim, o profissional terá
502 a informação de onde existe obra e RRT. Então, nós iremos ligar o Fiscal ao sistema on line do
503 SICAU. Nós já atendemos normalmente a todas as denúncias fora da nossa rotina. Esse
504 atendimento é só para o interior”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad perguntou: “senhora Gerente,
505 o que é uma ação de fiscalização? Quanto tempo leva? Que tipo de consequência resulta?
506 Necessidade de backup? Quanto tempo essa ação fica no nosso sistema? Quais são os resultados
507 desse tipo de operação?” A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, respondeu: “hoje, um Fiscal
508 consegue fazer dez ações por dia; desses dez locais visitados, ele consegue um retorno de 40%;
509 60% já tem RRT e o restante dos 40%, não”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad perguntou: “sim,
510 mas o que é o retorno? Eu quero que a Senhora explique isso”. A Gerente Geral, Senhora Cynthia
511 Attié, respondeu: “o fiscal verifica se nas obras existe um responsável e se ele fez a anotação para
512 passar para a área técnica; verifica se existe RRT de projetos, se há RRT de obras”. O
513 Conselheiro Paulo Oscar Saad fez nova pergunta: “só isso que ele faz? Se o projeto é aprovado na
514 Prefeitura”? A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, refutou: “não, essa não é a sua função”. E o
515 Conselheiro Paulo Oscar Saad replicou: “essa é a visão do CREA. Isso não existe em lugar
516 nenhum, nem no regulamento do CREA e nem no CAU existe isso. Muito menos no CAU. O que
517 existe é a fiscalização do exercício da profissão. Agora, o tipo de fiscalização que será feita, você
518 define. O CREA optou por definir dessa forma, restringindo a sua capacidade de ação, dizendo
519 que ‘isso é uma tarefa da Prefeitura’. A Prefeitura faz o que tem que ser feito quando ao uso do
520 solo, etc. O que nós temos que conferir é se o Arquiteto fez aquele projeto. No projeto que tem
521 RRT verifica-se se há só um ou mais profissionais que participaram daquele projeto, embora só
522 um tenha RRT. Isso é fiscalização. Embora, o CREA não faça nada...” A Gerente Geral, Senhora
523 Cynthia Attié, o interrompeu: “desculpe-me, mas você está personalizando. Eu não estou falando
524 do CREA. Eu não dei orientação à fiscalização...”. E o Conselheiro Paulo Oscar Saad retomou a
525 palavra: “não é uma questão pessoal com você. É a sua experiência, que diz que esse é o seu
526 limite. Mas, não há um limite. Quem disse que isso é o limite?”. A Gerente Geral, Senhora
527 Cynthia Attié, complementou: “Paulo, a Comissão de Exercício Profissional foi quem orientou a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

528 fiscalização esse tipo de ação. Eu cheguei aqui e eles já estavam fazendo dessa forma”. E o
529 Conselheiro Paulo Oscar Saad respondeu: “sim, mas você está falando agora. Isto é uma visão do
530 CREA independente da sua presença aqui ou não. Embora a sua presença seja em função da sua
531 experiência no CREA. Então, assumo o seu perfil, que foi fundamental para que você pudesse ser
532 contratada aqui com a expectativa de fazer um bom trabalho. Eu não considero nada de ruim
533 nisso. É o seu perfil. É uma experiência respeitável e ninguém está negando isso. A questão é que
534 isso é uma limitação alto imposta por um Conselho arrecadador, meramente arrecadador. O que
535 nós estamos querendo fazer aqui é outra coisa; é orientação, procurar defender a profissão,
536 garantir que todos os profissionais que participam do projeto possam recolher a sua RRT, porque
537 todo mundo sabe que nos escritórios e nos órgãos públicos não é assim que funciona, pois só um
538 profissional recolhe. Então, nós temos que colocar uma série de condições para a fiscalização para
539 que a área possa, de fato, fiscalizar vários itens. Eu fiz perguntas sobre as ações de fiscalização e
540 eu quero saber qual é a meta”. A Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes interveio:
541 “Paulo, essa não é matéria para discussão aqui. A meta é fiscalizar 100% dos municípios acima de
542 350 profissionais. Essa que é a meta. Está ali descrito na projeção. São 1.440 ações”. O
543 Conselheiro Paulo Oscar Saad afirmou: “fiscalizar o que? Isso é um meta abstrata, companheira.
544 Desculpe-me. A meta real é o seguinte, nós vamos garantir que exista profissional nas obras; esse
545 é o objetivo. Meta é uma coisa, atividade é outra. *(discussão geral e ao fundo)*. O Conselheiro
546 Celso Hugo Girafa informou: “essa é a nossa proposta para ser votada na Plenária. Não é
547 definitiva. É a proposta dessa comissão de orçamento para a Plenária”. A Gerente Geral, Senhora
548 Cynthia Attié, informou: “tudo isso está dentro de um cronograma e tem prazo. Na realidade, nós
549 deveríamos ter aprovado na Plenária do dia 06/10/2015, mas foi informado que poderíamos
550 prorrogar até o dia 13/10/2015, desde que o enviássemos...”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad
551 interveio: “não precisamos fazer nada disso com o CAU/BR. Nós podemos fazer tudo isso em
552 separado. Nós temos autonomia financeira e administrativa. Isso é uma decisão que foi tomada.
553 Fica parecendo que somos obrigados a fazer isso. Não. A diretoria tomou essa decisão de que as
554 medidas serão tomadas conforme o desejo do CAU/BR. É isso. Nós não somos obrigados a isso.
555 É preciso dizer que esta é uma decisão que nós tomamos, certo? Com a minha oposição. Não é
556 uma obrigação. Então, nós somos responsáveis por isso e estamos com esses prazos porque o
557 CAU/BR nos impõe e quem decide se mancomunar com eles. E depois, nós ficamos atrelados a
558 essas decisões, atrelados a esses conjuntos de encadeamentos, quando, na verdade, não somos
559 obrigados a isso. O fazemos por opção”. O Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva
560 retomou a palavra: “eu não posso concordar com esse orçamento, por dois motivos. A proposta do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

561 CAU/RJ de visitar somente 40% dos municípios do estado do RJ, o que para mim é uma decisão
562 que configura o seu descomprometimento com o interior do estado. Visitar 40% dos 92
563 municípios é muito pouco. E a outra posição que mostra isso é exatamente entender que Niterói é
564 interior do estado. Não é. Eu morei 26 anos em Niterói e estava diariamente no Rio. Os Arquitetos
565 estão totalmente desassistidos e nós podemos verificar isso pela forma como o profissional acessa
566 ao CAU/RJ, por telefone. O assunto acontece no interior é que o CAU/RJ ainda não chegou ao
567 interior do estado e essa é uma preocupação que nós temos que ter no planejamento estratégico.
568 Essa é a posição que eu gostaria de registrar nessa reunião”. Concluídos os comentários e
569 objeções, a Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes colocou em votação a proposta
570 orçamentária, que teve o seguinte resultado: **03 votos a favor dos Conselheiros Celso Hugo**
571 **Girafa, Luciano Pereira Medeiros e Maria Isabel Vasconcelos PortoTostes. Sendo 02 votos**
572 **contrários dos Conselheiros Paulo Oscar Saad e Sergio Oliveira Nogueira da Silva e 01 voto**
573 **de abstenção do Conselheiro Carlos Alberto Peres Krykhtine.** O Conselheiro Paulo Oscar
574 Saad informou: “eu quero fazer uma declaração de voto. Eu entendo que esse seja um processo de
575 discussão. Não cabe na nossa Comissão, esse assunto vir pronto. Não cabe. Infelizmente, nós
576 somos aqueles que fazemos a discussão e produzimos para o Plenário recebê-lo pronto. Na
577 verdade, mais uma vez, fica caracterizada que essa Comissão não é uma Comissão. É apenas um
578 grupo de pessoas que estão aqui para decidir o que vem pronto. É importante perceber que isso é
579 atípico em relação ao que é uma Comissão, qualquer que seja. Aqui se diz ‘foi a CEP quem
580 decidiu, etc’. A nossa não decide nada. A CPFJ só decide o que a Diretoria quer que decidamos,
581 porque isso é uma construção que se faz na Comissão de Planejamento, trazendo as informações
582 da Diretoria, de outras Comissões, dos setores administrativos e técnicos e aqui se discute e se
583 constrói o planejamento. Esta é a forma consagrada nos Conselhos, inclusive. Porque se no CREA
584 não é nada disso, feito de qualquer maneira, hoje já existe algo muito melhor. O CREA conseguiu
585 fazer uma coisa simples, mas é mais do que nós fazemos aqui. E os outros Conselhos, nem se fala.
586 Falou-se aqui num abstrato alinhamento com a gestão do CAU/BR, mas, na verdade, isso é uma
587 piada, porque isso aqui não é gestão nem de longe igual ao do CAU/BR. A gestão do CAU/BR é
588 uma gestão muito mais eficiente do ponto de vista democrático, onde exploram os seus
589 Conselheiros ao limite da sua capacidade, porque todos se comprometem e há uma importância,
590 uma vez que o Conselho foi construído a ferro e fogo muitas vezes, a necessidade de ouvir todo
591 mundo. Aqui não funciona assim. Na verdade, nós estamos submetidos às decisões prontas que
592 nos chegam. Além do que não existe nível suficiente de aprofundamento e de esclarecimento
593 dessa discussão para ser votada. Essa discussão aqui deixou claro isso, assim como, a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

594 apresentação, também. Penso que há uma restrição da nossa capacidade e ao meu ver um
595 reconhecimento de um constrangimento, que é o impedimento de poder fazer o que tem que ser
596 feito para o bem do Conselho, como oferecer as suas ideias, fazer instruções, etc. Penso que
597 devemos mudar isso. Eu gostaria que todas as questões aqui, na sua íntegra, estejam na Súmula
598 dessa reunião. Muito obrigado. Em seguida, o Conselheiro Carlos Alberto Peres Krykhtine fez a
599 sua declaração de voto: “eu me abstive, não a ferro e fogo como o Conselheiro Paulo, mas existe
600 um contexto metodológico em que deveria ter uma participação um pouco mais linear com
601 relação a essas Comissões. Talvez duas sessões, aonde um dos Coordenadores viesse à CPFI
602 defender pessoalmente o plano de cada Comissão e explicasse de forma mais organizada o que é
603 cada ponto da questão. Penso que seria interessante do ponto de vista metodológico, porque, no
604 final das contas, nós estamos aprovando o que está chegando pronto para a CPFI. E penso que
605 deveria ter havido um processo anterior, curto que fosse, para podermos nos aprofundar um pouco
606 mais. Eu entendo que é um exercício pesado e que há um esforço aqui realizado, mas penso que
607 precisamos dessa discussão”. A Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes anunciou:
608 “pode parar com a gravação, pois a reunião já acabou”. Vencidos todos os pontos de pauta e, não
609 havendo mais comentários, a Coordenadora, Senhora Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes,
610 agradeceu a presença de todos e deu por encerrada, às 17h30min, a Reunião ordinária da CPFI de
611 nr. 007/2015. E, para constar, **eu, Rosane Barreto** revisei a presente Ata que foi lavrada por
612 serviço terceirizado e que vai assinada por mim e pela **Coordenadora da CPFI, a Conselheira**
613 **Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes . Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2015.**

614

615

616 _____
Rosane Barreto

617 **Secretária-Geral da Mesa**

615 _____
Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes

Coordenadora da CPFI do CAU/RJ